

MÍLVIA OLIVEIRA CERQUEIRA

**A TEMÁTICA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

ALAGOINHAS-BA

2018

A TEMÁTICA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR¹

Mílvia Oliveira Cerqueira*

RESUMO

Na contemporaneidade, vem crescendo a preocupação em relação às condições ambientais. Reflexões e ações globais são desenvolvidas com a finalidade de conscientizar, sensibilizar e realizar a utilização do meio ambiente de forma sustentável, de maneira a garantir os recursos para as gerações futuras. É nesse contexto que a temática ambiental se encontra inserida nas diretrizes educacionais, com o intuito de formar cidadãos conscientes e participativos nos processos de conservação do patrimônio natural. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo, que delibera as aprendizagens essenciais para toda a Educação Básica brasileira. Nisso, compreende-se que a temática ambiental necessita estar presente em todas as etapas educacionais, notadamente na Educação Infantil, onde o processo ensino-aprendizagem para a criança estimula o respeito, a harmonia e o amor pelo meio ambiente. Para tanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar a temática ambiental na Etapa da Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular, além de compreender o histórico de construção da Base Nacional Comum Curricular; descrever a estrutura da etapa da Educação Infantil da BNCC; e discutir a temática ambiental na etapa da Educação Infantil da BNCC. No trabalho apresentam-se a revisão bibliográfica dos conceitos, marco legal e histórico da construção da Base Nacional Comum Curricular, além da estrutura e definições da Educação Infantil e, por fim, discussões acerca da temática ambiental na BNCC, considerando a importância dessas questões para o processo pedagógico de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Básica, Educação Ambiental e conservação natural

¹ Trabalho submetido ao NUPPE em 17/12/2018 e aceito para publicação na Revista Fatec de Tecnologia e Ciências - ISSN 2448-4695, em 24/12/2018.

* Professora. Licenciada em Geografia e Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: milviageografia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os agravamentos dos problemas ambientais ocasionados pela utilização indiscriminada e insustentável dos recursos naturais indica a importância das discussões acerca da conservação, preservação e educação, principalmente quando se pretende trazer novas mudanças nos hábitos e atitudes humanas frente ao meio ambiente. O ambiente escolar é solo fértil para o desenvolvimento de cidadãos comprometidos e conscientes com os cuidados que se deve desenvolver em relação à natureza. Assim, tais questões, na sala de aula, necessitam ser trabalhada num viés transformador, que vise à compreensão dos indivíduos do tocante ambiental.

No que trata o âmbito educacional, pedagógico e familiar, desde os primeiros anos de vida o ser humano constrói seus pensamentos, cognições e valores. Tais elementos caracterizam as dimensões da Educação Infantil, onde, a criança vivencia experiências que estimulam o respeito, a harmonia e o amor pelo meio ambiente, esses processos levam ao desenvolvimento pessoas capazes de transformar e modificar o mundo em que estão inseridas. A inserção da temática ambiental na Educação Infantil tem um importante papel no processo ensino-aprendizagem e deve estar integrada às várias áreas do conhecimento, seja nas multidisciplinaridades e/ou nas ações desenvolvidas juntamente com as crianças, com a família e comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento legal e normativo, que delibera as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC direciona a educação básica brasileira numa perspectiva de formação humana integral, focada na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A elaboração da BNCC foi estruturada a partir de uma evolução de normas e leis educativas, que, em âmbito nacional, basearam a organização e objetivos previstos na referida Base Nacional, a qual se encontra em sua terceira e última versão (BRASIL, 2017).

Diante do contexto descrito, problematiza-se: como a temática ambiental está inserida na etapa da Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular? Compreende-se que a temática ambiental não é negligenciada na etapa da Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular, haja vista que nos objetivos de aprendizagem, interligados aos campos de experiência da BNCC, apresentam-se as características e orientações para o desenvolvimento de habilidades didático-

pedagógicas sobre diversas dimensões educacionais, dentre elas, as questões de conhecimento, convivência, e conservação ambiental. Assim, pautado nas questões acima, com o presente trabalho, objetiva-se analisar a temática Ambiental na Etapa da Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular. Logo, por objetivos específicos, define-se: compreender o histórico de construção da Base Nacional Comum Curricular; descrever a estrutura da etapa da Educação Infantil da BNCC; e discutir a temática ambiental na etapa da Educação Infantil da BNCC.

Procedimentos metodológicos

O conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se alcançar os objetivos pleiteados, organiza-se na seguinte metodologia: □ Revisão Bibliográfica dos conceitos, normais, leis, artigos e obras científicas que versam sobre a construção da BNCC, as estruturas da Educação Infantil e temática ambiental direcionada à educação básica; □ Organização linear do histórico dos marcos legais precedentes e construtivo para a elaboração da BNCC; □ Caracterização da Educação Infantil estruturada na BNCC; □ Descrição de como a temática Ambiental está presente nos campos de experiência e objetivos de aprendizagem da Educação Infantil da BNCC; □ Análise dos resultados e construção do Trabalho de Conclusão do Curso.

No que cerne a organização do presente trabalho, na segunda sessão apresenta-se a revisão bibliográfica dos marcos legal e histórico para a construção da Base Nacional Comum Curricular, sequencialmente, na terceira sessão discute-se a estrutura e definições da Educação Infantil da BNCC e, por fim, na quarta e última sessão, os conceitos e acepções acerca da temática ambiental na BNCC, considerando a importância dessas questões para a Educação Básica, notadamente, para a Educação Infantil.

MARCO LEGAL E HISTÓRICO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular estabelece conhecimentos, competências e habilidades fundamentais para que todos os estudantes da Educação Básica brasileira desenvolvam aprendizagens essenciais para a sua formação integral e cidadã. No planejamento e construção da BNCC levaram-se em consideração os

princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013), objetivando a concepção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. No Brasil, o processo de construção de políticas públicas direcionadas às proposições curriculares educacionais nacionais, foi estruturado a partir da Constituição Federal de 1988, ao legitimar, no Título VII, Capítulo III, Seção I, que:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais:

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A partir de então, o projeto constitucional de nação brasileira, pretendia organizar o país de maneira descentralizada, deliberando autonomias para seus estados e municípios. Segundo Silva et al. (2015), entre 1983 e 1988, o modelo descentralizado de educação passou a estruturar-se, associado às experiências de elaboração de diretrizes curriculares por governos estaduais e municipais, em contraponto ao currículo mínimo militar até então vigente pela Lei 5692 de 1971. A Constituição federal instrumentalizou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que dentre suas deliberações, traz a descentralização na administração das etapas de ensino.

O desenvolvimento e discussões sobre a questão curricular, preconizados pela Constituição, são retomados na LDB, principalmente no que tange a discussões entre o que é básico-comum e diverso, direcionadas à organização curricular da Educação Básica. “[...] ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta para a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a serem ensinados” (BRASIL, 2017 p. 09).

Cronologicamente posterior a LDB/1996, concomitante, e a partir da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais, foram construídos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para todas as etapas da Educação Básica,

colocando em destaque os componentes curriculares essenciais, além dos temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (BRASIL, 1997). Os PCNs foram consolidados de 1º ao 5º ano em 1997, do 6º ao 9º ano em 1998 e, no ano de 2000, o Ensino Médio.

No contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei nº 13.005/2014, corrobora e reitera a necessidade do estabelecimento e implantação de diretrizes pedagógicas para a educação básica do país, mediante parcerias e acordos interfederativos (União, Estado, Distrito Federal e Municípios). Tais fundamentos direcionaram a elaboração de uma base nacional comum, com direitos e objetivos de aprendizagem de cada etapa do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, em diálogo e respeito às diversidades étnicas e manifestações, em âmbitos regionais e locais. Ademais, vale ressaltar que o PNE legitima a concepção de uma base curricular em nível nacional, principalmente, “[...] com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades”. (BRASIL, 2017 p. 10).

Compreende-se então que a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) advém da síntese de debates, negociações e acordos entre os diferentes atores da sociedade brasileira, notadamente do campo educacional. A proposta de direitos e objetivos de aprendizagem, norteadora da BNCC, direciona-se para todo o processo de ensino-aprendizagem da Educação Básica.

A primeira versão da Base foi disponibilizada publicamente para consulta entre outubro de 2015 e março de 2016, período no qual recebeu mais de 12 milhões de contribuições pedagógicas, curriculares e didáticas de indivíduos, organizações, instituições, redes de educação e congêneres, oriundos de todo o país, acrescido de pareceres analíticos de especialistas, comissões científicas e membros da comunidade acadêmica das diversas unidades federativas (BRASIL, 2017).

A segunda versão da BNCC perpassou por um processo de debates institucionais, os quais aconteceram em forma de seminários entre 23 de junho e 10 agosto de 2016, com a participação de mais de 9 mil docentes, organizações educacionais, secretarias, dentre outros. Tal processo encerrou as consultas públicas planejadas para a segunda versão da Base, a qual, em diferentes momentos de sua elaboração, foi analisada e sugerida modificações por leitores críticos e atores educacionais.

A terceira e última versão da BNCC foi publicada em 06 de abril de 2017, estruturada a partir das propostas direcionadas à segunda versão. Ressalta-se que a BNCC é um documento deliberativo, indutor curricular, e sua implementação deve ser realizada em até dois anos após a homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), este prazo estende-se também para que as redes educacionais elaborem seus currículos, os quais que serão, posteriormente, referendados, ou não, pelo MEC. Com a Base Nacional Comum Curricular, pretende-se então mitigar a fragmentação curricular educacional, outrora existente, contribuindo para o alinhamento de políticas e ações referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Concepções de criança e de Educação Infantil

A Educação Infantil é o início do processo de desenvolvimento educacional, a primeira etapa da Educação Básica. A entrada na creche ou na Pré-Escola, na maioria das vezes, é uma das principais formas de iniciar a socialização da criança com outros ambientes e pessoas externas, fora do âmbito familiar. Para tanto, esse processo – inicialização escolar - deve ser desenvolvido a partir das vivências, construtos biopsicossociais, valores e condutas advindas do convívio familiar e do contexto da comunidade a qual a criança e escola encontram-se inseridos.

A Educação Infantil surge no século XIX na Europa e Estados Unidos, em um contexto de cuidado assistencialista, permeada pelo forte caráter higienista, de alimentação e cuidados físicos, com objetivos do cuidado das crianças enquanto as mães saíam para trabalhar nas fábricas (PASCHOAL, 2009). As formas de atendimento acima descritas eram marcadas pelo amparo aos desfavorecidos familiar, social e culturalmente.

No contexto, destaca-se que no Brasil, a organização das primeiras creches, asilos e orfanatos surgiram no século XIX, pautada também em um caráter assistencialista, com intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, divorciadas, mães e viúvas desamparadas. Sequencialmente, tendências de implantação de creches e jardins de infância no país desenvolveram-se a partir da primeira década do século XX, principalmente com vertentes jurídico-policial,

médico-higienista e religiosa, com o objetivo primordial de combate ao alto índice de mortalidade infantil.

Posterior, a reestruturação dos conceitos e planejamento da Educação Infantil desenvolve-se com maior veemência a partir da década 70/80 do século passado, através da criação de órgãos, instituições e organizações direcionadas aos direitos da criança. Nesse cenário, a constituição de 1988 veio assegurar e impulsionar a criação de uma estrutura organizada para todo o país, direcionada ao funcionamento administrativo e pedagógico das instituições da Educação Infantil, “do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação” (PASCHOAL, 2009 p. 85).

Estrutura da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular

Na terceira e vigente versão da BNCC, é normatizado que as crianças devem estar alfabetizadas até o final do segundo ano do fundamental. Anteriormente, as deliberações indicavam que esse processo aconteceria no terceiro ano, quando crianças possuísem em média 08 anos. Com a atual BNCC (BRASIL, 2017), as crianças em todo país deverão conhecer desde cedo os conteúdos de português e matemática, tornando-se capazes de ler, escrever e compreender estatísticas e probabilidade.

Segundo a BNCC, na Educação Infantil que vai até os 05 anos de idade devem ser garantidos a “oralidade e a escrita”, além dos direitos de aprendizagem e de desenvolvimento, os quais se definem:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos;
 - Brincar de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com parceiros diferentes;
 - Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola ou fora dela;
 - Expressar-se como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimento, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos por meio de diferentes linguagens.
 - Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural; (...)
- (BRASIL, 2017).

Os direitos acima discutidos convergem na concepção de que o conhecimento, na Educação Infantil, é construído por meio das interações com o mundo físico, psíquico e social, as quais devem se desenvolver a luz das práticas didático-pedagógicas, seja na Creche ou Pré-Escola (PASCHOAL, 2009). A participação e as transformações realizadas pelas crianças nas brincadeiras necessitam ser valorizadas e estimuladas na construção de habilidades e cognições, ressaltando as imaginações, criatividade, espontaneidades e experiências emocionais, típicas das crianças.

A construção de novos conhecimentos implica por parte do educador, relacionar, organizar, refletir, planejar, mediar e monitorar o conjunto dessas práticas e interações. A Base Nacional Comum Curricular, considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, estabelece também cinco campos de experiências onde as crianças podem aprender e, também, desenvolver sua individualidade e interações sociais:

Quadro 01: Campos de experiências da Educação Infantil da BNCC

O EU, O OUTRO E O NÓS	Na interação com pares e adultos, as crianças constituem um modo de agir, sentir e pensar, diferenciando-se e identificando-se como ser individual e social, construindo autonomia e senso de autocuidado, reciprocidade e interdependência com o meio. O contato com outros grupos e modos de vida, atitudes, técnicas e rituais de cuidados, costumes, celebrações e narrativas cria oportunidades para que ampliem o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizem sua identidade, respeitem os outros e reconheçam as diferenças.
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	Com o corpo, as crianças exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno; estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si e o outro; conhecem e reconhecem sensações e funções corporais, progressivamente tornando-se conscientes dessa corporeidade. Animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, exploram e vivenciam um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas; descobrem variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo e identificam potencialidades e limites.
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas possibilita às crianças vivenciar diferentes formas de expressão e diferentes linguagens e, a partir dessas experiências, criar produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens e manipulação de diferentes materiais e recursos tecnológicos. Assim, elas desenvolvem senso estético e crítico, conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca; apropriam-se da cultura e a reconfiguram; potencializam suas singularidades.
ORALIDADE E ESCRITA	Nas variadas situações em que são provocadas a falar e a ouvir, as crianças ampliam e enriquecem seus recursos de expressão e compreensão da língua oral, internalizando estruturas linguísticas mais complexas. No contato com a literatura infantil, desenvolvem o gosto pela leitura e ampliam a imaginação e o conhecimento de mundo, criam familiaridade com gêneros literários, percebem a diferença entre ilustrações e escrita, aprendem a direção da escrita e como manipular livros. No convívio com textos escritos em geral, reconhecem diferentes gêneros, suportes e portadores e constroem hipóteses sobre a escrita que se revelam inicialmente em rabiscos e garatuhas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como representação da oralidade.
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	Desde muito pequenas, as crianças procuram situar-se nos diversos espaços (sua rua, seu bairro, sua cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.); demonstram curiosidade sobre o mundo físico (o próprio corpo, fenômenos atmosféricos, animais, plantas, transformações da natureza, diferentes tipos de materiais e possibilidades de manipulação etc.) e o sociocultural (relações de parentesco e sociais; modos de vida e de trabalho; tradições e costumes etc.). Também aguçam sua curiosidade os conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas e numerais etc.). Nas interações e brincadeiras, fazem observações, manipulam objetos, investigam e exploram o entorno, levantam hipóteses e consultam fontes para buscar respostas às suas indagações.

(BRASIL, 2017 p. 05)

No que cerne a estrutura da BNCC, em diálogo com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, e no âmbito de cada campo de experiências, são organizados objetivos de aprendizagem classificados em três grupos de faixas etárias: zero a 01 ano e seis meses; 01 ano e 07 meses a 03 anos e 11 meses; 04 anos a 05 anos e 11 meses:

Quadro 02: Objetivos de aprendizagem da Educação Infantil da BNCC

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO																
CONVIVER			BRINCAR			PARTICIPAR			EXPLORAR			EXPRESSAR			CONHECER-SE	

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA														
O EU, O OUTRO E O NÓS			CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS			TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS			ORALIDADE E ESCRITA			ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES		
O - 1a 6m	1a 7m - 3a 11m	4a - 5a 11m	O - 1a 6m	1a 7m - 3a 11m	4a - 5a 11m	O - 1a 6m	1a 7m - 3a 11m	4a - 5a 11m	O - 1a 6m	1a 7m - 3a 11m	4a - 5a 11m	O - 1a 6m	1a 7m - 3a 11m	4a - 5a 11m
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO														

(BRASIL, 2017 p. 06)

A Educação Infantil proposta na BNCC representa um avanço didático, considerando as especialidades da criança, principalmente nas propostas pedagógicas assentadas nos dois eixos básicos: interações e brincadeiras, conforme estabelece as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Destacam-se também os avanços cognitivos a serem desenvolvidos nas diferentes etapas da infância, presentes nos Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e Campos de aprendizagens da BNCC.

A TEMÁTICA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Considerações acerca da temática ambiental

O contexto global de notoriedade da abordagem ambiental estimulou o crescimento da pesquisa científica, da produção literária, de currículos, de intervenção técnica, de definições e metodologias relacionadas à educação, análise e gerenciamento do ambiente. A abstração conceitual de ambiente relaciona-se à

socialização da natureza, portanto, é insuficiente tratá-lo somente pelo viés biológico/natural, pois a interação natureza-sociedade é crucial para a compreensão da dinâmica dos territórios e lugares, principalmente das condições de exploração e conservação ambiental (CERQUEIRA, 2015). A preocupação com o ambiente indica uma problemática planetária, principalmente devido à escassez dos recursos naturais, consequente dos impactos gerados pela ação antrópica, na busca pelo desenvolvimento econômico desenfreado. Essa conjuntura é fruto do processo histórico capitalista, desencadeada, principalmente, a partir da Revolução Industrial, séc. XVIII.

Sequencialmente, à medida que o processo industrial foi se intensificando mundialmente, o modelo de desenvolvimento econômico ganhou novas abrangências ao longo dos séculos, de modo que, o lucro se tornou o eixo produtivo principal, levando a sociedade ao consumismo exacerbado, que, impiedosamente, explora seus recursos naturais sem limites, levando ao esgotamento dos recursos naturais e, consequente, degradação ambiental. Quando a extração de recursos ou a geração de dejetos é maior do que a capacidade do ecossistema de reproduzi-los ou reciclá-los, estamos frente à depredação e/ou poluição, a uma crise ambiental que rompe o equilíbrio entre o homem e a natureza (biótico e abiótico).

É amplamente discutido que os pilares do desenvolvimento sustentável são capazes de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, numa relação dialética entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, que por sua vez, na contemporaneidade, é questão de interesse da geopolítica global (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Assim, é válido ressaltar que o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado está no rol dos direitos que todos os homens possuem, independentes de raça, etnia, gênero, cor ou religião, sendo reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por tais razões, a Educação Ambiental é fundamental na construção de sociedades justas e ecologicamente equilibradas e sustentáveis, em caráter democrático, emancipatório e transformador.

A temática ambiental na Educação Infantil

A educação é advinda e resulta em evolução política e emancipação social. Uma das suas dimensões – a Educação Ambiental - constrói parâmetros capazes de

contribuir com a transformação de uma realidade global que, historicamente, vem se colocando numa grave crise ambiental. Enquanto processo de evolução social, o pensar e o agir educativo ambiental, trazem diferenças conceituais:

[...] a educação ambiental como promotora das mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados – de fundo disciplinatário e moralista; a educação ambiental para a sensibilização ambiental – de fundo ingênuo e imobilista; a educação ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza – de caráter ativista e imediatista; a educação ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico científicos sobre os processos ambientais - de caráter racionalista e instrumental; e a educação ambiental como um processo político, crítico, para a construção de sociedades sustentáveis do ponto de vista ambiental e social - a educação ambiental transformadora e emancipatória (GRZEBIELUKA, 2014 p. 21).

Considera-se também que a Educação ambiental abrange todo um processo de conhecimento sobre o meio ambiente, tendo como intuito ajudar na preservação e utilização sustentável dos seus recursos naturais (GRZEBIELUKA, 2014). Ademais, o principal objetivo da Educação Ambiental é estimular a criação de uma nova consciência de como usufruir dos recursos dispostos na natureza, desenvolvendo assim um modelo de comportamento que indique equilíbrio entre o homem e meio ambiente.

Segundo Política Nacional de Educação Ambiental, em seu 1º artigo (Lei nº 9.795/99), definem-se como educação ambiental, os processos por meio dos quais o indivíduo e a sociedade constroem e consolidam valores, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, um bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Acresce ainda, que a Educação Ambiental estimula o desenvolvimento de saberes, para que as atitudes humanas compreendam o ambiente com vistas à sustentabilidade (JACOBI, 2005).

Certifica-se que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma lei nacional voltada para Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), um documento que legitima, para as gerações presentes e futuras, preceitos para um mundo melhor, atrelando justiça, equilíbrio econômico, social e ecológico. Na seção II da referida lei, descreve-se a Educação Ambiental no Ensino Formal, em seu 9º artigo é definido que a educação ambiental escolar é aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino, que engloba: educação básica - educação infantil,

fundamental e médio -; educação superior; educação especial; educação profissional; e educação de jovens e adultos. A Educação Ambiental se constitui então, numa forma abrangente de Educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo e permanente (GRZEBIELUKA, 2014).

A escola, por seu dever, necessita proporcionar atividades educacionais, que produzam no aluno um espírito crítico e pensante sobre seu meio, onde o mesmo consiga compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre problemas e conflitos ambientais (JACOBI, 2005). Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), a Educação Ambiental consiste numa dimensão educacional com atividades intencionais de prática social, numa relação com a natureza e com os outros seres humanos, com a finalidade de preservar a ética ambiental.

Desta forma, a Educação Ambiental em todos os níveis básicos da educação, é de crucial importância na formação de uma consciência crítica e ambiental do indivíduo. Notadamente na Educação Infantil, a temática ambiental deve ser trabalhada de forma que desenvolva na criança uma relação respeitosa com o ambiente, para que ela se sinta tocada, e, desde já, contribua coletivamente para a conservação da natureza. Tal processo estimula a valorização e respeito à natureza e todos seus elementos, haja vista que, se desde pequenos, as crianças começarem a desenvolver consciência de suas atitudes, certamente serão adultos com mais responsabilidade no tocante às questões ambientais.

A temática ambiental na Base Nacional Comum Curricular

Conforme já discutido, a Educação infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estrutura-se a partir das interações e brincadeiras, as quais asseguram os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Dentre os cinco campos de experiências, o denominado **‘Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações’**, direciona as questões conceituais e pedagógicas voltadas para a temática ambiental na Educação Infantil, ao definir que:

[...] Portanto, a Educação Infantil precisa promover interações e brincadeiras nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar

fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (BRASIL, 2017 p 38).

No campo de experiência **‘Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações’**, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento direcionados à temática ambiental na Educação Infantil, de acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), definem-se:

Crianças de zero a 01 ano e 06 meses:

- ➔ Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas;

Crianças de 01 ano e 07 meses a 03 anos e 11 meses:

- ➔ Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.);

Crianças de 04 anos a 05 anos e 11 meses:

- ➔ Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais;
- ➔ Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua preservação;

Ao finalizar a Educação Infantil, no que cerne a temática ambiental, a BNCC define que os objetivos de aprendizagem acima descritos, estejam consolidados no desenvolvimento pedagógico da criança, para que assim, a transição para o Ensino Fundamental ocorra de forma progressiva e eficaz. Tal transição requer perícia e atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração nos processos de aprendizagens respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações e continuidade de cada etapa, tanto para as crianças, quanto para os docentes.

Quadro 03: Síntese das aprendizagens no campo de experiência da Educação Infantil, para a transição no Ensino Fundamental

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles para a formulação, o raciocínio e a resolução de problemas. Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando atitudes de investigação, respeito e preservação. Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências. Resolver, criar e registrar situações-problema do cotidiano e estratégias de resolução. Utilizar unidades de medida (dia / noite, dias / semanas / meses / ano) e noções de tempo (presente / passado / futuro, antes / agora / depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano. Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).
---	---

(BRASIL, 2017 p. 51)

Inserir a temática ambiental nos planejamentos e no processo de ensino-aprendizagem da Educação Infantil demanda uma permanente atualização, e fazê-lo junto com os alunos é uma excelente oportunidade para que eles vivenciem o desenvolvimento de procedimentos e conceitos, onde possam construir, na prática, seu próprio conhecimento. Diante disso, o papel dos professores, como mediadores da aprendizagem, é de fundamental importância.

A Educação Ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação de novos modelos de desenvolvimento sustentável. Incorporar a temática ambiental aos currículos educacionais constrói melhoria na qualidade de vida, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem valores sociais e éticos, adquirindo conhecimento, atitudes, competência e habilidades voltadas para a preservação e/ou conservação de um ambiente ecologicamente equilibrado, em prol do bem comum das atuais e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conservar o equilíbrio ambiental é defender a própria vida humana e dos seres que nele habitam. No que cerne a inserção da temática ambiental no campo educacional, o objetivo primário é a formação de cidadãos conscientes e atuantes para com a conservação do ambiente e dos problemas que o dizem respeito. Nisso, a temática ambiental nos processos de ensino-aprendizagem da Educação Básica, notadamente, na Educação Infantil – etapa retratada no presente trabalho de conclusão de curso - estimula o desenvolvimento de habilidades e competências que levam a criança ao entendimento da inter-relação natureza e sociedade.

Na perspectiva de discussões da temática ambiental integrada à Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular, os objetivos pleiteados para este trabalho, elaborados a partir da problematização de pesquisa e suas hipóteses, foram alcançados de forma satisfatória. A compreensão do processo de construção da BNCC, acrescida da estrutura e organização da Educação Infantil e das discussões acerca das questões ambientais, levou ao entendimento de que a Educação Ambiental é um extenso campo de informações, e, portanto, é necessário estar inserido constantemente nos currículos escolares, planejamentos pedagógicos e fazeres docentes, não somente de forma transversal, e sim, “trans-multiinterdisciplinar”.

Espera-se que as discussões apresentadas neste trabalho contribuam para futuras pesquisas, e para além, indiquem transformações nas práticas pedagógicas, principalmente no tocante à relevância didática e social da temática ambiental no desenvolvimento de valores e competências inerentes à Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BOGDAN,R; BIKLEN, S,K. **Investigação em educação- uma introdução de teoria e métodos**. Portugal: Porto, Coleção Ciências da Educação,1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

GRZEBIELUKA, Douglas, et al. **Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil**. Revista Monografias Ambientais - REMOA v.13, n.5, dez. 2014.

GREGORY, K. J. (1992) **A natureza da Geografia Física**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

JACOBI, P (org). **Encontros e caminhos: formação de educador(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

MOTTA, Á.R.R. 2012. **Que Sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico**. Londrina, PR. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina.

OLIVEIRA, Terezinha, et al. **Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas**. Políticas Educacionais, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 145160, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro: RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 2012.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTERDBR On-line. Campinas, n.33, p. 78-86, mar. 2009.

TEIXEIRA, Hélita Carla; VOLPINI, Maria Néli. **A importância do brincar no contexto da Educação Infantil: creche e pré-escola, 2014**. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2018.